

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 219, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Altera o Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.823, de 27 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a concessão de vales-alimentação aos servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o Art. 4º da Lei Municipal nº 3.823, de 27 de fevereiro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2014.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor a na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 21 de novembro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 219, de 21 de novembro de 2013, que *“Altera o Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.823, de 27 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a concessão de vales-alimentação aos servidores municipais e dá outras providências”*.

A presente proposta visa prorrogar o prazo de vigência da lei referida até o final do próximo exercício financeiro, dia 31 de dezembro de 2014.

De acordo com a redação atual da lei, os valores dos vales-alimentação dos servidores municipais de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) passariam a ser de R\$ 10,00 (dez reais) a partir do dia 1º de janeiro de 2014.

A redução do valor ocasionaria prejuízo financeiro aos servidores, uma vez que receberiam valor menor para custear a sua alimentação, além de insatisfação com o novo valor a ser percebido.

Destaca-se que durante a vigência da lei não houve redução nos preços praticados pelo mercado na área da alimentação, bem ao contrário, é sabido que ocorreu inflação no período.

Tal fato, por si só, já prejudica a redução dos valores atualmente recebidos.

Além do mais, não podemos deixar de referir que tal medida visa manter o grau de satisfação dos servidores com a remuneração mensal e com isso sentirem-se mais valorizados e estimulados a cumprir com as suas funções.

Importante referir que existe previsão orçamentária no próximo exercício financeiro para suportar os custos com a prorrogação do prazo pretendida e que pelo fato do presente projeto de lei estabelecer que a Lei nº 3.248, desde o início da sua vigência, 27 de fevereiro de 2013 até a sua prorrogação pretendida, 31 de dezembro de 2014, não vigorará por um período superior a dois exercícios, fica dispensado o estudo de impacto orçamentário-financeiro.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal